

APIO PASSA POR PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO

Durante o ano de 2006, a Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque – APIO realizou várias reuniões para discutir, em um processo participativo, a reestruturação da organização. O atual estatuto, além de não ser claro em vários aspectos, encontra-se desatualizado. Com isso a atual diretoria propôs implementar um processo de reestruturação da associação, com o objetivo de adequá-la à sua importante missão de representar as comunidades indígenas Galibi Kaliña, Galibi-Marworno, Palikur e Karipuna, do município de Oiapoque.

A comunidade indígena representada pela APIO foi convidada a participar desse processo de reestruturação, integrando o Grupo de Trabalho Indígena - GTI. O GTI foi composto por 2 membros da APIO, da Associação dos Galibi-Marworno - AGM, da Associação das Mulheres Indígenas em Multirão - Amim, da Organização dos Professores Indígenas do Município do Oiapoque - Opimo, 2 representantes de cada povo indígena (Galibi Kaliña, Galibi-Marworno, Palikur e Karipuna), 1 representante da AER-Funai do Oiapoque, do Conselho Indigenista Missionário - Cimi, da The Nature Conservancy - TNC, da Secretaria Especial dos Povos Indígenas - Sepi e da Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas - Semai.

Todo trabalho de repensar a APIO tem como base a análise do movimento indígena da região do Oiapoque e das necessidades atuais da organização, levando em consideração a sua comunicação com as bases. Este processo foi concluído na última reunião do GTI, que aconteceu no período de 26 a 28 de janeiro de 2007. Tudo foi apresentado na Assembléia de Avaliação dos Povos Indígenas do Oiapoque, que ocorreu de 23 a 26 de fevereiro. Os principais resultados deste trabalho de reestruturação são a reformulação do estatuto social da APIO, criação de um regimento interno, criação de uma estrutura organizacional e operacional, capacitação indígena e elaboração de um plano de relacionamento institucional.

Ao final deste processo, a APIO saiu mais fortalecida e reestruturada para melhor defender os interesses dos povos indígenas do Oiapoque. **Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque - APIO**

MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DO OIAPOQUE

Em 2007 duas importantes iniciativas promovem a difusão e a valorização das manifestações culturais dos povos Karipuna, Galibi-Marworno, Galibi Kali'na e Palikur. A primeira delas ocorreu em abril, com a inauguração do *Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque - Kuahi: Arte, Ciência e Tecnologia*, que além de apresentar uma exposição sobre os artefatos indígenas, se dedicará à pesquisa e defesa do patrimônio indígena. A segunda iniciativa acontecerá em junho, no Rio de Janeiro, com a abertura de uma grande exposição no Museu do Índio – Funai, intitulada *A Presença do Invisível na vida cotidiana e ritual dos Povos Indígenas do Oiapoque*.

Nos últimos anos, as comunidades indígenas da região estiveram envolvidas em importantes projetos de valorização cultural. Por meio da APIO, com a ajuda financeira do PDPI/MMA, mestres artesãos e artesãs transmitiram seus conhecimentos tecnológicos e dons artísticos na fabricação de artefatos e performances rituais a jovens e pessoas interessadas em aprender. Uma outra iniciativa, promovida pelo *Iepé* e financiada pela Petrobras Cultural, teve como objetivo formar pesquisadores indígenas capazes de registrar, documentar e gerir seu patrimônio cultural, por meio de oficinas realizadas nas próprias aldeias. Também foram realizados cursos de capacitação em museologia sob a ótica dos valores indígenas, realizado por um grupo de antropólogos e museólogos da Universidade de São Paulo, Museu Goeldi e Museu de Arte de Belém. Duas importantes coleções etnográficas foram produzidas e incorporadas ao acervo do Museu Kuahi e do Museu do Índio, testemunhando a riqueza da produção material dos povos do Oiapoque. **Lux Boeltiz Vidal, USP e Iepé**



Pintura dos grandes bancos do Turé, Galibi-Marworno

Colaboração: Kleber Luiz dos Santos Karipuna
Projeto Gráfico: Catherine J. S. Gallois
Diagramação: Luis Fernando Pereira

Escritório do Iepé em Macapá:
Avenida Ataíde Teive, 525 - Bairro Trem
68.906-270 - Macapá - AP
Tel (96) 3223 7633 - Fax (96) 3223 2052
E-mail: iepemacapa@uol.com.br



Boletim

Número 02 | Janeiro-Março de 2007

Povos Indígenas e Meio Ambiente

Amapá e Norte do Pará

EDITORIAL

Com este segundo número do Boletim Povos Indígenas e Meio Ambiente, o Iepé dá continuidade a sua proposta de promover a troca de idéias e informações sobre temas de interesse dos povos indígenas do Amapá e norte do Pará.

A discussão sobre semelhanças e diferenças entre distintas formas de conhecimento, assunto de nossa matéria principal, é um dos temas que fazem parte do debate atual sobre o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Por que se fala tanto em valorizar os conhecimentos tradicionais, locais e indígenas sobre o meio-ambiente se muitas pessoas consideram estas formas de saber inferiores à ciência ocidental? Esta é a questão que propomos para discussão neste número.

A importância da valorização dos conhecimentos indígenas também está na pauta da matéria sobre as oficinas com as artesãs tiriyo e kaxuyana e a inauguração de duas exposições sobre os povos indígenas do Oiapoque.

Neste número contamos com a participação da APIO, que preparou uma matéria sobre o processo de reestruturação e fortalecimento pelo qual vem passando.

*Boa leitura.
Equipe do Iepé*



Tecendo o cesto panaku, Wajãpi

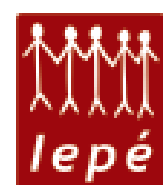
OS VÁRIOS CAMINHOS DO CONHECIMENTO

Será que os conhecimentos produzidos pelos povos indígenas são uma forma simples de “ciência”? Será que os conhecimentos produzidos pelos cientistas são uma forma de conhecimento mais “evoluída” – mais desenvolvida, mais completa e mais verdadeira – do que os conhecimentos produzidos por outros grupos e povos?

A maioria dos não-índios acredita que os saberes dos povos indígenas sobre o meio-ambiente são pré-científicos. Essas pessoas sabem que os índios conhecem muito bem os animais e vegetais de suas regiões, melhor do que muitos zoólogos ou botânicos. Mas sabem também que as explicações dadas pelos povos indígenas para aquilo que observam no meio-ambiente são muito diferentes das explicações científicas.

Essa diferença entre as explicações indígenas e as explicações científicas deveria ser vista como resultado de preocupações e formas de pensar distintas. Mas, infelizmente, a maioria dos não-índios entende que diferentes jeitos de pensar são resultado de uma inferioridade na capacidade de entendimento dos grupos que pensam de outra forma. Para essas pessoas, as explicações científicas são as únicas verdadeiras e todas as demais explicações são tentativas que não deram certo de chegar ao conhecimento científico.

Na verdade, sabemos que existem vários tipos de conhecimento e vários caminhos para a construção de sistemas de conhecimento. É importante percebermos que existem diferentes formas de conhecer o mundo e que nenhuma delas é a única correta. Todas as formas de conhecimento são culturalmente construídas, ou seja, estão relacionadas com as experiências históricas de cada povo, as regiões onde vivem e suas formas de se organizar.



O Boletim Povos Indígenas e Meio Ambiente - Amapá e Norte do Pará é uma publicação do Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena. As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores. Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

Conselho editorial: Denise Fajardo Grupioni, Dominique Tilkin Gallois, Giselle P. Lopes, Lúcia Szmrecsányi, Luís Donisete Benzi Grupioni, Luis Fernando Pereira



Dominique Tilkin Gallois

Cobertura com palha preta, quando acaba o ubim, Wajãpi

Natureza e cultura

Os conhecimentos que chamamos de científicos são transmitidos nas escolas e nas universidades, e foram construídos aos poucos, durante os últimos séculos, principalmente na Europa. Nesse processo, a ciência foi se apropriando de saberes tradicionais de povos de várias partes do mundo, mas organizando-os dentro de uma lógica que é própria dos europeus. Essa lógica se espalhou pelo mundo todo e hoje faz parte do que chamamos de “pensamento ocidental”.

Para o pensamento ocidental, existe uma grande separação entre natureza e cultura: de um lado, existem coisas e seres que são naturais, dados pela natureza, criados sem a ação de ninguém; de outro lado, existe tudo o que é construído ou modificado pelos homens. Nessa visão, os homens estão separados da natureza. Os homens têm cultura; os animais, os vegetais e outros seres “da natureza” não têm.

Para a maioria dos não-índios, a natureza existe para ser transformada, explorada, usada como “recurso” pelos seres humanos. Isso leva a muitos problemas, não só ambientais, mas também sociais. Os não-índios querem explorar os recursos naturais sem lembrar que as pessoas também fazem parte da natureza, e que sua vida depende de outras formas de vida. Quando esgotam os recursos de um ambiente, acabam prejudicando também as pessoas que vivem naquele ambiente.

Já no pensamento dos povos indígenas, não encontramos essa grande separação entre natureza e cultura. Para muitos povos indígenas, os animais e outros seres da floresta, assim como os seres humanos, têm as suas próprias culturas. Essa forma de entender o mundo se reflete na maneira como os povos indígenas se relacionam com os demais seres e utilizam os recursos da floresta. A sua preocupação não é só com o aproveitamento dos recursos, mas com a manutenção de boas relações entre os seres humanos

e os seres da “natureza”. Na verdade, essa idéia de uma “natureza” separada e completamente diferente da humanidade parece não fazer nenhum sentido dentro da lógica dos povos indígenas.

O meio-ambiente também é uma categoria cultural. Isso significa que cada povo tem suas próprias idéias sobre os seres que convivem com os humanos no mundo. Todas as formas de classificar e entender o mundo, dos índios e dos não-índios, são sempre construídas em contextos sócio-culturais específicos. Não podemos dizer que uma forma de conhecimento seja melhor ou mais verdadeira do que a outra.

Um exemplo das diferenças entre o pensamento indígena e o pensamento ocidental pode ser dado pelo discurso de proteção à natureza e ao meio ambiente. Muitos não-índios acham estranho que grupos indígenas pratiquem formas de caça, pesca e utilização de áreas florestais que parecem contrárias à preservação ambiental. Não existe um discurso de “proteção” da natureza entre as populações indígenas, porque entre elas nunca houve uma separação entre o homem e o resto do mundo, como aquela que tornou possível uma exploração sem limites dos recursos ambientais pelos não-índios. É impossível encontrarmos palavras específicas em língua indígena para idéias como ecologia, recursos naturais, proteção ambiental, etc. Os povos indígenas têm outras formas de entender o mundo e, por isso, têm outras formas de se relacionar com o que os não-índios chamam de “recursos naturais”. Porém, as formas indígenas de organizar o conhecimento são ainda pouco conhecidas, pouco valorizadas e pouco respeitadas.

Construindo diálogos

Mas, se os sistemas de conhecimento indígenas e não indígenas são diferentes, como estabelecer pontos de diálogo entre ambos?

Esse é um dos grandes desafios da atualidade, e para enfrentá-lo devemos ter claro que os sistemas de conhecimento das populações indígenas não são inferiores, mais pobres, mais fragmentados, nem meras variações do sistema de conhecimento dos não-índios. Assim como as classificações indígenas dos animais e das plantas não são um primeiro passo para se chegar à classificação científica dos seres vivos. Não existe apenas um caminho, em degraus, para se chegar ao conhecimento do mundo. Existem vários caminhos diferentes sendo percorridos ao mesmo tempo. E é preciso saber reconhecer o valor de cada um, independentemente de suas semelhanças ou diferenças com relação ao conhecimento científico.

Mas, para reconhecer o valor das formas de conhecimento indígenas, é preciso primeiro conhecê-las a fundo. E, para isso, são necessárias pesquisas e registros sistemáticos desses conhecimentos e das teorias específicas que os organizam. Só depois de perceber sua lógica interna é que podemos compará-los a outras formas de conhecimento, de outros grupos e outros povos. E, nessa comparação, o mais importante não é buscar as mesmas idéias em culturas diferentes, mas valorizar as diferenças encontradas.

Só o conhecimento destas diferenças nas maneiras de pensar nos permite perceber que o mundo não é feito somente de biodiversidade, mas também de sociodiversidade. E que, para a preservação da biodiversidade, também é necessário preservar e valorizar as diferenças sociais e culturais entre os povos da Terra. Se durante séculos os conhecimentos indígenas foram capazes de garantir uma boa qualidade de vida para estes povos, é importante que eles sejam levados em conta na construção de políticas de conservação ambiental, não só em terras indígenas, mas em seu entorno. **Equipe do Iepé**

VALORIZANDO A ARTE DA TECELAGEM COM SEMENTES E MIÇANGAS

Em setembro de 2006 o Iepé deu início a um programa de valorização dos saberes e do ofício de artesãs das mulheres tiriyó e kaxuyana da Terra Indígena Parque de Tumucumaque. Foram realizadas quatro oficinas nas aldeias Missão Tiriyó, Pedra da Onça, Santo Antônio, Cuxaré, e uma na cidade de Macapá. Ao todo, cerca de 150 mulheres de mais de 20 aldeias situadas ao longo do rios Paru de Oeste e Marapi participaram das oficinas, durante as quais foram propiciados momentos de socialização dos conhecimentos e repertórios que principalmente as



Denise Fajardo Grupioni, 2007

Mulheres Tiriyó e Kaxuyana durante oficina na aldeia Cuxaré



Denise Fajardo Grupioni, 2006

Mulheres Tiriyó e Kaxuyana durante oficina em Macapá

mais idosas possuem sobre as origens e técnicas de sua tecelagem em algodão, sementes e miçangas. Com a ampla participação de mulheres de todas as faixas etárias, de 12 a 70 anos, foi possível constatar que, embora as mais jovens manifestem muito gosto por esta atividade, poucas conhecem a história local dessa arte ou sabem confeccionar peças em formatos antigos, como as tangas femininas e os cinturões masculinos. Parte dos trabalhos realizados nas oficinas resultou na produção de cerca de 200 peças em miçanga e maramara, dentre colares, pulseiras e cintos, além da confecção de 20 *keweyu* (tangas de miçanga antigamente usadas pelas mulheres tiriyó e kaxuyana). Algumas destas peças irão integrar uma coleção no acervo do Museu do Índio, no Rio de Janeiro. Além disso, foram realizados mais de 100 desenhos ilustrativos e gravadas 15 horas de narrativas nas línguas tiriyó e kaxuyana.

Durante a estadia de duas instrutoras indígenas (Diakuí Sora e Cristiane Mitore) em São Paulo, este acervo foi organizado e todas as informações sistematizadas, para servir de base à produção de um conjunto de painéis e um pequeno catálogo para divulgação tanto nas aldeias, quanto para o público externo.

O lançamento destes materiais, em junho de 2007, na cidade de Macapá, e na Missão Tiriyó, encerra uma primeira etapa deste programa, que tem por principal objetivo a melhoria das condições de transmissão, produção e reprodução dos conhecimentos envolvidos na arte da tecelagem com algodão, sementes e miçangas, tanto por meio do incentivo ao registro e documentação de todo saber-fazer envolvido, quanto do incentivo à organização comunitária das mulheres tiriyó e kaxuyana em torno de seu ofício de artesãs. Este programa conta com apoio do IPHAN/MinC (PNPI e DEMU), Petrobrás Cultural e Funai (AER Macapá, Coordenação Geral de Educação/Brasília e Museu do Índio/Rio de Janeiro). **Denise Fajardo Grupioni, Coordenadora do Programa Tumucumaque/Oeste - Iepé**